

DESENVOLVIMENTO RURAL NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: LIMITES E POSSIBILIDADES DO PRONAF.

Davi Mendes Leite 1; Dermeval Passos da Hora 2

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
e-mail: davimleite@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS),
e-mail:dermepassos@yahoo.com.br

PALAVRA-CHAVE: Desenvolvimento Rural, Estrutura Fundiária, Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

Dentro do debate sobre o desenvolvimento no Brasil, uma das questões mais discutidas gira em torno do modelo agrário brasileiro, que tem como questão central a necessidade ou não de uma reforma agrária. Debate este que, atualmente, não se encontra na agenda principal do governo.

O modelo agrário do nordeste, caracterizado pela concentração de sua estrutura e por sua política inadequada de financiamento e comercialização da produção sempre esteve nacionalmente, como região central do problema, uma vez que sempre foi propagado como uma terra sem água, e por isso sem condições de desenvolvimento da agricultura. Sabe-se hoje que os solos do nordeste brasileiro é muito rico, no entanto a estrutura agrária ainda forma uma agricultura atrasada com traços de modernização, e que acabam mantendo os problemas básicos da agricultura do nordeste (CARVALHO, 1988).

O modelo agrícola é pensado a partir de dois eixos principais, o agronegócio e a agricultura familiar. O primeiro com alto investimento de capital, utilização de grandes áreas de terras e baixa mão de obra empregada. O segundo é caracterizado pela produção em pequenas áreas e uso de mão de obra familiar. Nesse sentido o primeiro tem como objetivo característico a rentabilidade do grande capital, enquanto a segunda enfatiza a segurança alimentar e a rentabilidade familiar (PEDRÃO, 2004).

A importância da agricultura familiar para o povo brasileiro, para sua economia e segurança alimentar, se mostra no volume produzido para o consumo interno. Cerca de 70% dos alimentos consumidos internamente é produzido pela agricultura familiar, enquanto o agronegócio tem boa parte de seu produto comercializado para o mercado internacional.

O principal programa do governo federal para a agricultura familiar é o *Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Através desse programa os municípios têm acesso a recursos para serem aplicados em projetos de agricultura familiar mediante a construção de um plano municipal para o desenvolvimento rural (IPEA 2004).

Pretende-se analisar os avanços ou retrocessos do PRONAF, do atual modelo agrícola, principalmente com relação ao público B, categoria no qual se concentra os agricultores de menor renda e menor estrutura para o trabalho agrícola. No ano de 2010 a linha B representou 88% dos contratos no Nordeste, em contrapartida nesse mesmo público foram registrados os maiores índices de inadimplência. (IPEA 2010)

MATERIAL E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos desta investigação envolveram a leitura e análise de revisão bibliográfica, essa revisão se centrou em autores que discutem o desenvolvimento rural enquanto categoria econômica e políticas públicas para o homem do campo. Após a revisão bibliográfica se fez análise de dados secundários obtidos a partir de órgãos governamentais

RESULTADO

O PRONAF é o principal programa de fomento a agricultura familiar, suas ações tem foco na política de crédito para o investimento e o custeio das atividades agrícolas familiares. Para o acesso ao crédito o programa defini categorias a partir critérios que tem além de outros, mas como principais renda e situação fundiária.

Para o Plano Safra para Agricultura Familiar o governo irá investir nesse setor 22,5 bilhões de reais sendo 18 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, para o Plano agrícola e pecuário (setor patronal) o governo irá investir 115 bilhões de reais. O aporte destinado às duas categorias sinalizam bem a opção do governo.

A estrutura agropecuária no Território do São Francisco se dá em duas vertentes, uma a partir do fundo de pasto que são um sistema de ocupação coletiva de terras por comunidades, ou posse por décadas de terras coletivas usadas em pastoreio extensivo e semi – extensivo esse tipo de organização tem um forte vinculo de compadrio ou parentesco, sendo também um locus de atividades culturais próprias.

Além do fundo de pasto outra atividade importante é a agricultura irrigada. Até a década de 1960 a agricultura era feita aproveitando a vazante do rio, produzindo uma diversidade razoável de produtos que eram comercializados em cidades próximas. Com a criação Companhia hidrelétrica do São Francisco a configuração espacial da agricultura muda estruturalmente, cidades são submersas e realocadas, novos cursos de água criados. Com a criação da CODEVASF (Companhia de desenvolvimento do vale do São Francisco) a agricultura irrigada ganha altos investimento de capital.

A questão agrária no território do São Francisco é um tema delicado. NA Bahia 55,10% das terras são áreas devolutas, terra pública, que o estado não registrou, no território o percentual é de 78,12%. A área total que compreende os dez municípios do território é 6.174.600 hectares, sendo destes legalizados apenas 1.350.937 (21,87%). As associações de fundo de pasto ocupam uma área 202.771 hectares, sendo que existem 4.823.663 hectares de área devoluta. O número de assentamentos e ocupações de terra são respectivamente 19 e 13 compreendendo um universo de 1893 famílias.

Observa-se assim que a falta de uma política pública que venha a garantir direitos e a função social da propriedade da terra não vem sendo colocado em prática nos ultimos governos. O fato da política aplicado para o rural ser a partir de programas e não de políticas públicas com garantia de direitos, fortalece o avanço da agricultura de agronegócio do Brasil, colocando em segundo plano os pequenos agricultores que hoje repondem pela maior parte do consumo alimentar interno no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o IBGE, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e, na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos.

Apesar dos bons números da produção familiar, a pequena agricultura não vem sendo a prioridade. O governo disponibilizou para a agricultura familiar no ano 2012/2013 21 bilhões de reais contra 115 bilhões de reais para o agronegócio. Esses investimentos mostram a escolha pela manutenção da desigualdades no campo, *locus* de alta concentração de pobreza no Brasil.

A erradicação da pobreza no campo perpassa por mudanças estruturais na redistribuição fundiária da Bahia e do Brasil. Assim as políticas públicas devem trilhar o caminho da reforma agrária, participação social, exercício da cidadania a partir do fortalecimento dos espaços de decisão democrática, esses elementos políticos são importantes em uma nova forma de fazer políticas públicas, porque colocam em conflito antigas relações de poder, que na Bahia e no nordeste como um todo é marcado por domínio de oligarquias no interior dos Estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste; planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, I. M. M. *Nordeste e o regime autoritario : Discurso e pratica do planejamento regional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

LACONTE, W. (coord.) *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Atual 1997.

MOREIRA, R. J. 1. ed . São Paulo. Expressão Popular. 2007.

DELGADO, G. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In. JACCOUD, L. et.al. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Censo agropecuário 2006. disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 27/02/11

Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia – SEAGRI. Superintendência de Agricultura Familiar. Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br/>> Acesso em 25/02/11.

Teixeira, C. E. “O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade”. Disponível em <http://www.aatr.org.br/site/textos_publicacoes/index.asp> Acesso em 15/12/2011.

Pedrão, F. C. “Desenvolvimento Rural na Bahia”. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/sumario/sep/sumario_sep_71.pdf> Acesso em 20/03/2012.